Terça-feira

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO – PGE/SP

PROCESSO SELETIVO RELATIVO AO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PGE/SP

Instruções

Leia atentamente e cumpra rigorosamente as instruções que seguem, pois elas são parte integrante das provas e das normas que regem esse certame.

1. Certifique-se de que o ambiente de prova:
   - contém 50 (cinquenta) questões;
   - contém 1 (uma) prova de redação.
2. Cada questão oferece 4 (quatro) alternativas de respostas, representadas pelas letras A, B, C e D, sendo apenas 1 (uma) a resposta correta.
3. Será respeitado o tempo de 04h00 (quatro horas) para realização da prova, conforme previsto em edital.
4. A responsabilidade referente à interpretação dos conteúdos das questões é exclusiva do candidato.
5. Os gabaritos preliminares da prova objetiva serão divulgados na data descrita no Cronograma de Execução desse certame.

Controle de QUALIDADE Fundatec

Eco Friendly
A Fundatec utiliza papel com certificação florestal e tinta biodegradável.

Concursos Fundatec ISO 9001

RASCUNHO
Utilize esse espaço para anotar suas respostas

*A anotação neste rascunho NÃO substitui o preenchimento da grade de respostas.

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10

11	12	13	14	15	16	17	18	19	20

21	22	23	24	25	26	27	28	29	30

31	32	33	34	35	36	37	38	39	40

41	42	43	44	45	46	47	48	49	50

51	52	53	54	55	56	57	58	59	60

61	62	63	64	65	66	67	68	69	70

71	72	73	74	75	76	77	78	79	80

81	82	83	84	85	86	87	88	89	90

91	92	93	94	95	96	97	98	99	100

DIREITO CONSTITUCIONAL E ADVOCACIA PÚBLICA

QUESTÃO 01 – De acordo com a Constituição Federal, são bens públicos estaduais:

A) Todas as terras devolutas.
B) As ilhas lacustres em rios que banham o Estado.
C) As áreas, nas ilhas oceânicas, que estiverem sob o domínio de um município de seu território.
D) As águas superficiais ou subterrâneas.

QUESTÃO 02 – Conforme a Constituição Federal, são elaborados(as) pelo processo legislativo estadual:

A) Leis ordinárias e decretos.
B) Leis ordinárias e leis complementares.
C) Medidas provisórias e atos normativos secundários.
D) Decretos e emendas à Constituição Estadual.

QUESTÃO 03 – São direitos garantidos pela Constituição Federal aos trabalhadores:

A) Fundo de garantia por tempo de serviço e remuneração do trabalho noturno igual à do diurno.
B) 13º salário com base em 90% da remuneração integral e remuneração do serviço extraordinário superior a, no mínimo, 50% à do normal.
C) Licença de 120 dias à gestante, inclusive em casos de adoção, e licença-paternidade.
D) Licença-paternidade de 20 dias, inclusive em casos de adoção, e gozo de férias anuais remuneradas.

QUESTÃO 04 – Em relação à Administração Pública direta e indireta dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, é correto afirmar que:

A) O servidor público civil pode se associar a sindicato.
B) Os cargos públicos são acessíveis e exclusivos a brasileiros.
C) O prazo de validade do concurso público é de 3 anos, prorrogável por mais 1 ano.
D) É vedada a contratação por tempo determinado pela Administração indireta.

QUESTÃO 05 – Conforme a Constituição Federal, a Previdência Social, organizada sob a forma de Regime Geral de Previdência Social, contempla:

A) Pessoa participante de regime próprio de previdência, na qualidade de segurado facultativo.
B) Gratificação natalina aos aposentados e pensionistas com base na média dos proventos recebidos ao longo do ano.
C) Aposentadoria no regime geral aos 65 anos, se homem, e aos 60 anos, se mulher, observado o tempo de contribuição.
D) Cobertura para os casos de incapacidade temporária ou permanente para o trabalho.

QUESTÃO 06 – Considerando os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas da União, Estados, Municípios e Distrito Federal, em virtude de sentença judicial, e de acordo com a Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

A) É obrigatória a inclusão da verba correspondente no orçamento da entidade devedora e constante de precatório até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte.
B) É vedado ao credor ceder parcialmente seus créditos em precatórios a terceiros, exceto se houver a concordância do devedor.
C) A atualização monetária dos valores das dívidas, após a expedição dos respectivos requisitórios, deve ser realizada até o efetivo pagamento, independentemente da natureza do crédito.
D) Os débitos de natureza alimentícia devem ser pagos preferencialmente sobre todos os demais débitos das Fazendas, sem exceção.

QUESTÃO 07 – De acordo com a Constituição Federal, em relação à advocacia pública, é correto afirmar que:

A) Apenas a Advocacia-Geral da União e as procuradorias dos Estados e dos Municípios exercem funções típicas de advocacia pública no Brasil.
B) As autarquias e as fundações públicas dos Estados e dos Municípios estão autorizadas a criar cargos jurídicos para fins de consultoria jurídica, originando carreira paralela às procuradorias dos entes federados.
C) As funções típicas da advocacia pública nos Estados e no Distrito Federal devem ser realizadas por um único órgão jurídico, sendo o desempenho destas exclusivo das procuradorias-gerais dos Estados e do Distrito Federal.
D) A advocacia pública é função permanente e essencial à Justiça, à qual compete representar judicial e extrajudicialmente a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal, cabendo-lhe atividades de consultoria, assessoramento, fiscalização e controle fiscal da Administração.

QUESTÃO 08 – São atribuições da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, EXCETO:

A) Manifestar-se sobre divergências jurídicas entre órgãos da Administração e demais Poderes.
B) Representar judicial e extrajudicialmente o Estado e suas autarquias, excetuando-se as universidades públicas.
C) Propor que decisões judiciais reiteradas estendam sua eficácia na seara administrativa.
D) Opinar previamente em processos voltados à formalização de contratos administrativos e termos de ajustamento de conduta a serem celebrados pelo Estado.

QUESTÃO 09 – É ato defeso ao cargo de procurador do Estado de São Paulo:

A) Representar sobre irregularidades que possam afetar seu bom desempenho.
B) Zelar pelos bens públicos que estejam em sua posse.
C) Residir na sede do exercício das funções, salvo se autorizado pelo procurador-geral.
D) Atuar em função de direção e gerência em instituição financeira, pública ou privada.

QUESTÃO 10 – Configura conduta infracional disciplinar quando praticada por procurador do Estado, EXCETO:

A) Assinar qualquer escrito destinado a processo judicial ou para fim extrajudicial que não tenha feito ou em que não tenha colaborado.
B) Opinar em procedimentos disciplinares quando provocado pela autoridade competente.
C) Acarretar, conscientemente, por ato próprio, a anulação ou a nulidade do processo em que funcione.
D) Violar, sem justa causa, sigilo profissional.

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 11 – A Lei nº 10.177/1998 estabelece o procedimento administrativo de reparação de danos causados por agente público quando realizado no âmbito da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo. Sobre a disciplina estabelecida a aludido procedimento, assinale a alternativa INCORRETA.

A) O depósito do valor devido, em caso de acolhimento parcial do pedido, em conta aberta em favor do requerente não importa em quitação do débito.
B) O protocolo do requerimento suspende, nos termos da legislação pertinente, a prescrição da ação de responsabilidade contra o Estado, pelo período que durar sua tramitação.
C) A decisão do requerimento caberá ao procurador-geral do Estado ou ao dirigente da entidade descentralizada, que recorrerá de ofício ao Governador, nas hipóteses previstas em regulamento.
D) Os débitos inscritos até 1º de julho serão pagos até o último dia útil do exercício seguinte, à conta de dotação orçamentária específica.

QUESTÃO 12 – Em relação à reintegração, uma forma de provimento dos cargos públicos, de acordo com a Lei nº 10.261/1968, assinale a alternativa correta.

A) Será feita no cargo anteriormente ocupado; caso o cargo esteja preenchido, será feita em cargo equivalente.
B) É o reingresso no serviço público decorrente da decisão judicial transitada em julgado.
C) Se o cargo houver sido extinto, o reintegrado receberá indenização em conformidade com sua remuneração.
D) Transitada em julgado a sentença que a determinar, será expedido decreto de reintegração no prazo máximo de 20 dias.

QUESTÃO 13 – A Lei Federal nº 8.429/1992, Lei de Improbidade Administrativa, sofreu profundas alterações através da Lei Federal nº 14.230/2021. Considerando essas alterações, é correto afirmar que:

A) Consideram-se atos de improbidade administrativa as condutas dolosas tipificadas nos artigos 9º, 10 e 11 da Lei de Improbidade Administrativa, ainda que previstos em leis especiais.
B) Estão sujeitos às sanções da Lei de Improbidade Administrativa apenas os atos de improbidade praticados contra o patrimônio da Administração direta e indireta. Os atos praticados contra o patrimônio de entidades privadas, ainda que recebam subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de entes públicos ou governamentais, não se sujeitam à Lei.
C) As sanções da Lei de Improbidade Administrativa se aplicarão à pessoa jurídica mesmo que o ato de improbidade administrativa seja também sancionado como ato lesivo à Administração Pública de que trata a Lei Federal nº 12.846/2013, Lei Anticorrupção.
D) O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.

QUESTÃO 14 – A disciplina da alienação de bens da Administração Pública encontra-se nos artigos 76 e 77 da Lei Federal nº 14.133/2021. De acordo com essas disposições, é correto afirmar que:

A) Para garantir a isonomia no processo licitatório, nas alienações de bens imóveis não haverá direito de preferência.
B) Em caso de bens imóveis, inclusive os pertencentes às autarquias e às fundações, exige-se avaliação prévia, autorização legislativa e licitação na modalidade leilão.
C) Entende-se por investidura a alienação, ao proprietário de imóvel lindeiro, de área remanescente ou resultante de obra pública que se tornar inaproveitável isoladamente, por preço inferior ao da avaliação.
D) Tratando-se de bens móveis, admite-se a realização de licitação na modalidade pregão.

QUESTÃO 15 – Sobre as definições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, assinale a alternativa correta.

A) O sistema de registro de preços é o conjunto de procedimentos para realização, mediante licitação na modalidade concurso, de registro formal de preços relativos a prestação de serviços, obras e aquisição e locação de bens para contratações futuras.
B) A licitação internacional é processada em território estrangeiro e admite a participação de licitantes estrangeiros, com a possibilidade de cotação de preços em moeda estrangeira, ou a licitação na qual o objeto contratual pode ou deve ser executado no todo ou em parte em território nacional, desde que o contratado seja estrangeiro.
C) O credenciamento consiste no processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados.
D) A contratação integrada é o regime de contratação de obras e serviços de engenharia em que o contratado é responsável por elaborar e desenvolver o projeto executivo, executar obras e serviços de engenharia, fornecer bens ou prestar serviços especiais e realizar montagem, teste, pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto, desde que o projeto básico tenha sido elaborado pela Administração ou por outro contratado.

QUESTÃO 16 – A Lei Federal nº 13.019/2014 estabelece o regime jurídico das parcerias entre a Administração Pública e as organizações da sociedade civil. O diploma prevê como regra a realização de chamamento para a seleção da organização da sociedade civil que firmará parceria com a Administração por meio de termo de colaboração ou de fomento. De acordo com a referida Lei, são casos em que o chamamento pode ser dispensado, EXCETO:

A) Urgência decorrente de paralisação ou iminência de paralisação de atividades de relevante interesse público, pelo prazo de até 360 dias.
B) Guerra, calamidade pública, grave perturbação da ordem pública ou ameaça à paz social.
C) Realização de programa de proteção a pessoas ameaçadas ou em situação que possa comprometer a sua segurança.
D) Atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política.

QUESTÃO 17 – O consentimento do titular é uma das bases legais previstas na Lei Federal nº 13.709/2018 para o tratamento de dados pessoais. Sobre o consentimento, assinale a alternativa correta.

A) É a manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais independentemente da finalidade para a qual serão utilizados.
B) A eventual dispensa da exigência do consentimento não desobriga os agentes de tratamento das demais obrigações previstas em lei, especialmente da observância dos princípios gerais e da garantia dos direitos do titular.
C) Tendo em vista a possibilidade de consentimento genérico, basta que o titular de dados o forneça uma única vez para que o controlador que os obtiver possa compartilhá-los com outros controladores.
D) Uma vez fornecido, o consentimento não poderá ser revogado, salvo se os dados forem utilizados para a prática de crime.

QUESTÃO 18 – A Lei Federal nº 11.079/2004 institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da Administração Pública. Segundo o aludido diploma legal, a parceria público-privada é vedada na hipótese em que

A) o valor do contrato for inferior a R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).
B) o período de prestação do serviço for inferior a 10 anos.
C) se tenha como objeto único o fornecimento de mão de obra, o fornecimento e a instalação de equipamentos ou a execução de obra pública.
D) a contraprestação da Administração seja precedida da disponibilização do serviço objeto do contrato.

QUESTÃO 19 – Sobre os critérios para ser membro do conselho de administração e da diretoria das empresas públicas e sociedades de economia mista, é correto afirmar que:

A) Os candidatos devem ter experiência profissional mínima de 20 anos, no setor público ou privado, na área de atuação da empresa pública ou da sociedade de economia mista ou em área conexa àquela para a qual forem indicados em função de direção superior.
B) É vedada a contratação de seguro de responsabilidade civil pelos administradores.
C) É vedada a indicação de pessoa que atuou, nos últimos 40 meses, como participante de estrutura decisória de partido político ou em trabalho vinculado a organização, estruturação e realização de campanha eleitoral.
D) É vedada a indicação de pessoa que exerça cargo em organização sindical.

QUESTÃO 20 – Sobre a convalidação dos atos administrativos prevista no art. 11 da Lei nº 10.177/1998, assinale a alternativa correta.

A) É possível a convalidação quando a invalidade decorre de vício de competência e de objeto.
B) Na hipótese de vício de competência, é possível que a convalidação seja feita pela autoridade titulada para a prática do ato, desde que se trate de competência indelegável.
C) Não será admitida a convalidação quando dela resultar prejuízo à Administração ou a terceiros ou quando se tratar de ato impugnado.
D) A convalidação prescinde de motivação.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

QUESTÃO 21 – O princípio do contraditório constitui pedra angular do processo civil pátrio, garantindo às partes envolvidas no processo a oportunidade de atuação efetiva no procedimento. Correlato ao contraditório, tem-se o princípio da não surpresa, consagrado no Código de Processo Civil (2015). O princípio caracteriza-se por situações nas quais o magistrado deve obrigatoriamente ouvir as partes – ou oportunizar manifestação – antes de decidir, ou seja, é vedado ao magistrado prolatar decisão sem prévia oportunização de manifestação às partes, ressalvadas algumas exceções. Assinale a alternativa que NÃO apresenta uma exceção ao princípio da não surpresa.

A) Decisão que julga o mérito dos embargos à execução, após a citação do embargado, reconhecendo de ofício a prescrição.
B) Tutela provisória de evidência, quando se tratar de alegação de fato comprovada apenas documentalmente e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante.
C) Decisão que defere o mandado monitório, no âmbito da ação monitória.
D) Tutela provisória de urgência.

QUESTÃO 22 – A respeito das regras de modificação da competência no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

A) Em sede de eleição de foro, as partes podem modificar a competência em razão do valor e do território, definindo onde serão propostas ações oriundas de direitos e obrigações.
B) São continentes duas ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir.
C) A conexão ocorre quando duas ou mais ações identificam-se quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange os das demais.
D) O despacho da petição inicial torna prevento o juízo.

QUESTÃO 23 – O Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica (IDPJ) representa importante ferramenta de ampliação do polo passivo do processo, favorecendo a eficácia da tutela jurisdicional. A respeito do tema, assinale a alternativa correta.

A) A legitimidade para instaurar o IDPJ é exclusiva da parte interessada, inclusive nos feitos nos quais o Ministério Público atue como interveniente.
B) Caso o pedido de desconsideração da personalidade seja deduzido na exordial, deverá o juiz determinar a instauração paralela do IDPJ pela parte interessada, para decisão da matéria em autos próprios.
C) O acolhimento do IDPJ implica, entre outros efeitos, a ineficácia de alienações ou onerações de bens havidos em fraude à execução, em relação ao requerente.
D) O mérito do IDPJ é resolvido por sentença, impugnável mediante recurso de apelação.

QUESTÃO 24 – À luz da disciplina das nulidades no Direito Processual Civil, assinale a alternativa correta.

A) A nulidade dos atos processuais pode ser alegada a qualquer tempo, pois, conforme regramento do Código de Processo Civil, trata-se de matéria não sujeita à preclusão.
B) A nulidade de uma parte do ato processual não prejudica as outras que dela sejam independentes, incumbindo ao magistrado, ao reconhecer uma nulidade, especificar seu alcance e efeitos.
C) Quando a lei prescrever determinada forma sob pena de nulidade, a decretação desta pode ser requerida inclusive pela parte que lhe deu causa, dado se tratar de matéria de ordem pública.
D) Em caso de nulidade, o ato processual deve ser repetido ou sua falta suprida, independentemente da constatação de prejuízo às partes.

QUESTÃO 25 – Considerando o regramento da advocacia pública e temas conexos no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

A) O membro da advocacia pública será civil e regressivamente responsável quando agir com dolo ou culpa grave no exercício de suas funções.
B) Os entes de direito público e respectivos órgãos de advocacia pública gozam de prerrogativa de intimação pessoal, que pode ser realizada por carga, remessa ou meio eletrônico.
C) Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, o valor dos honorários sucumbenciais será arbitrado entre 10 e 20% sobre o valor da condenação ou do proveito econômico, nos mesmos moldes dos litígios privados.
D) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e suas respectivas autarquias, fundações de direito público e empresas públicas gozam de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais.

QUESTÃO 26 – A respeito do regramento da tutela provisória no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

A) A parte responde pelo prejuízo que a tutela de urgência causar à parte adversa, ressalvada a hipótese de superveniente reconhecimento de prescrição ou decadência da pretensão do autor.
B) A tutela de urgência cautelar, concedida em caráter antecedente, torna-se estável se da decisão que a conceder não for interposto o respectivo recurso.
C) A tutela de evidência pode ser concedida liminarmente na hipótese de abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório da parte.
D) A tutela de urgência antecipada e a tutela de urgência cautelar não apresentam nenhuma distinção no que tange aos seus requisitos de concessão, que consistem na probabilidade do direito e no perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.

QUESTÃO 27 – Nos casos em que é condenada a adimplir obrigação de pagar quantia certa, a Fazenda Pública submete-se a regime especial de execução, nos termos do Código de Processo Civil e da Constituição Federal. A respeito do tema, assinale a alternativa correta.

A) No cumprimento de sentença em face da Fazenda Pública, apresentado demonstrativo discriminado e atualizado do crédito por parte do exequente, o ente público será inicialmente intimado na pessoa de seu representante judicial para que comprove, no prazo de 30 dias, a adoção de providências para pagamento da dívida via requisição de pequeno valor ou precatório, conforme o caso.
B) Não adotadas as providências necessárias à programação do pagamento da dívida dentro do prazo legal, incide em desfavor da Fazenda Pública multa de 10% sobre o valor do crédito exequendo.
C) A Fazenda Pública pode impugnar o cumprimento de sentença com fundamento em causas modificativas ou extintivas da obrigação, desde que supervenientes ao trânsito em julgado da sentença.
D) Caso a Fazenda Pública alegue excesso de execução em sede de impugnação, o juiz deve conhecer da arguição mesmo que o ente público não indique o valor que entende correto.

QUESTÃO 28 – A respeito da teoria geral dos recursos, especialmente no que toca aos efeitos recursais, assinale a alternativa correta.

A) Compreende-se no efeito translativo a possibilidade de o órgão *ad quem*, no julgamento do recurso, apreciar de ofício matérias de ordem pública.
B) O efeito suspensivo consiste na aptidão do recurso para impedir o trânsito em julgado da decisão impugnada, impossibilitando sua execução definitiva.
C) O efeito obstativo diz respeito à impossibilidade de a decisão judicial produzir todos os seus efeitos enquanto não julgado o recurso ou findo o prazo para sua interposição.
D) Próprio dos embargos de declaração, o efeito interruptivo enseja a suspensão do prazo para manejo de outros recursos, a partir da interposição dos declaratórios.

QUESTÃO 29 – Assinale a alternativa correta à luz da disciplina legal e jurisprudencial dos recursos de apelação, agravo de instrumento e embargos de declaração.

A) O Código de Processo Civil estabelece que a apelação deve ser dirigida diretamente ao tribunal, com vistas ao processamento mais célere do recurso.
B) A técnica do julgamento estendido, no âmbito da apelação, não é aplicável na hipótese de desprovimento não unânime do recurso.
C) Em homenagem ao princípio do contraditório, opostos embargos de declaração, o juiz deverá ouvir a parte embargada antes de decidir, ainda que não vislumbre a possibilidade de efeitos infringentes.
D) O Código de Processo Civil estabelece um rol de hipóteses de cabimento para interposição do agravo de instrumento, lista que, conforme precedente obrigatório do Superior Tribunal de Justiça (STJ), é de taxatividade mitigada e comporta flexibilização em casos nos quais seria inútil o julgamento da questão em sede de apelação.

QUESTÃO 30 – Considerando a disciplina dos recursos para o STJ e para o Supremo Tribunal Federal (STF), à luz do Código de Processo Civil, assinale a alternativa INCORRETA.

A) Da decisão monocrática que inadmite ou nega seguimento a recurso especial, prolatada pelo presidente ou vice-presidente do tribunal recorrido, cabe agravo interno ou agravo em recurso especial, a depender da fundamentação da decisão.
B) Entre outras hipóteses, o recurso extraordinário é cabível no caso de contrariedade a dispositivo da Constituição Federal, seja ela direta ou reflexa, devidamente demonstrada na petição recursal.
C) No âmbito do recurso extraordinário, o fato de o acórdão recorrido contrariar súmula ou jurisprudência dominante do STF implica o reconhecimento da existência de repercussão geral, para fins de admissibilidade do recurso.
D) Em se tratando de recurso especial ou extraordinário repetitivo, publicado o acórdão paradigma, incumbe ao presidente ou vice-presidente do tribunal de origem negar seguimento aos recursos especiais ou extraordinários sobrestados na origem se o acórdão recorrido coincidir com a orientação do tribunal superior.

DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO

QUESTÃO 31 – Assinale a alternativa correta quanto à definição do processo do trabalho.

A) Conjunto de normas que regulam exclusivamente os contratos individuais de trabalho, jamais os coletivos.
B) Sistema administrativo voltado à fiscalização do cumprimento da legislação trabalhista.
C) Ramo do Direito Público que disciplina a solução dos conflitos decorrentes das relações de trabalho, por meio da atuação da Justiça do Trabalho.
D) Procedimento judicial aplicável apenas aos empregados da iniciativa privada.

QUESTÃO 32 – Em relação à terceirização e a Administração Pública, a responsabilidade subsidiária trabalhista do ente público caracteriza-se quando:

A) O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, conforme Tema de Repercussão Geral julgado pelo STF.
B) O tomador de serviços responde solidariamente, independentemente de inadimplência do empregador, em todos os casos.
C) O empregador direto é automaticamente excluído da relação processual.
D) A responsabilidade do tomador decorre exclusivamente da natureza alimentar do crédito.

QUESTÃO 33 – Em relação ao ônus da prova em processos trabalhistas em que se pede a responsabilização subsidiária do Poder Público, o entendimento fixado pelo STF no Tema 1.118 estabelece que:

A) A Administração Pública responde automaticamente pelos débitos trabalhistas da empresa contratada.
B) É possível o reconhecimento de vínculo direto entre empregado terceirizado e ente público.
C) A Súmula 331 do TST se aplica irrestritamente à Administração Pública.
D) Não há responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviços contratada se amparada exclusivamente na premissa da inversão do ônus da prova, remanescendo imprescindível a comprovação, pela parte autora, da efetiva existência de comportamento negligente ou nexo de causalidade entre o dano por ela invocado e a conduta comissiva ou omissiva do Poder Público.

QUESTÃO 34 – Em relação aos prazos processuais da Fazenda Pública no processo do trabalho, é correto afirmar que:

A) Não há qualquer prerrogativa, em razão do princípio da celeridade.
B) Os prazos são sempre contados em dias corridos.
C) Aplica-se a prerrogativa de prazo em dobro para recorrer, nos termos da legislação processual.
D) Aplica-se exclusivamente à CLT, sem possibilidade de incidência do Código de Processo Civil.

QUESTÃO 35 – No processo do trabalho, quando a Fazenda Pública figura como parte, o prazo para interposição do recurso ordinário é de:

A) 8 dias, conforme regra geral da CLT.
B) 16 dias, em razão da aplicação do prazo em dobro para recorrer.
C) 10 dias, nos termos do Código de Processo Civil.
D) 15 dias, aplicável a todos os entes públicos.

DIREITO TRIBUTÁRIO

QUESTÃO 36 – Para os fins da Lei Complementar nº 225/2026, que instituiu o Código de Defesa do Contribuinte, considera-se:

I. Devedor contumaz o sujeito passivo cujo comportamento fiscal se caracteriza pela inadimplência substancial, reiterada e injustificada de tributos.
II. Inadimplência reiterada a manutenção de créditos tributários em situação regular em, pelo menos, 4 períodos de apuração consecutivos ou em 6 períodos de apuração alternados, no prazo de 12 meses.
III. Inadimplência substancial, em âmbito estadual, a existência de créditos tributários em situação irregular, inscritos em dívida ativa ou constituídos e inadimplidos conforme previsto em legislação própria, a qual não poderá prever valores distintos dos previstos para o âmbito federal.

Quais estão corretas?

A) Apenas I.
B) Apenas I e III.
C) Apenas II e III.
D) I, II e III.

QUESTÃO 37 – Segundo a Lei Estadual nº 17.843/2023, que dispõe sobre a transação resolutiva de litígio relativo à cobrança de créditos da Fazenda Pública, de natureza tributária ou não tributária, inscritos em dívida ativa, implicam a rescisão da transação:

I. Decretação de falência ou de extinção, pela liquidação, da pessoa jurídica transigente.
II. Ocorrência de alguma das hipóteses rescisórias adicionalmente previstas no respectivo termo de transação.
III. Prática de conduta criminosa na sua formação.

Quais estão corretas?

A) Apenas I.
B) Apenas I e II.
C) Apenas II e III.
D) I, II e III.

QUESTÃO 38 – Conforme decidido pelo STJ quando do julgamento do Recurso Especial nº 1.141.990/PR, sujeito à sistemática dos repetitivos (Tema nº 290), e considerando as disposições da Lei Complementar (LC) nº 118/2025, a qual alterou a redação do art. 185 do Código Tributário Nacional, que trata de presunção da fraude à execução fiscal de crédito tributário, é correto afirmar que:

A) A Súmula nº 375 do STJ, segundo a qual o reconhecimento da fraude à execução depende do registro da penhora do bem alienado ou da prova de má-fé do terceiro adquirente, se aplica às execuções fiscais.
B) Depois da entrada em vigor da LC nº 118/2005, presume-se fraudulenta a alienação efetivada pelo devedor após a inscrição do crédito tributário na dívida ativa.
C) Depois da entrada em vigor da LC nº 118/2005, presume-se fraudulenta a alienação efetivada após a citação válida do devedor.
D) Antes da entrada em vigor da LC nº 118/2005, presumia-se fraudulenta a alienação efetivada pelo devedor após a inscrição do crédito tributário na dívida ativa.

QUESTÃO 39 – De acordo com o entendimento fixado pelo STJ em sede de julgamento de recursos repetitivos, é INCORRETO afirmar que:

A) A prerrogativa da administração fazendária de promover, para fim de apuração da base de cálculo do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD), o procedimento administrativo de arbitramento do valor venal do imóvel transmitido decorre diretamente do Código Tributário Nacional (CTN).
B) A inclusão do PIS e da Cofins na base de cálculo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) atende à legalidade nas hipóteses em que a base de cálculo é o valor da operação, por configurar repasse econômico.
C) É inválida a previsão em edital de leilão atribuindo responsabilidade ao arrematante pelos débitos tributários que já incidiam sobre o imóvel na data de sua alienação.
D) É possível à Fazenda Pública substituir ou emendar a Certidão de Dívida Ativa (CDA) para incluir, complementar ou modificar o fundamento legal do crédito tributário.

QUESTÃO 40 – Considerando o Sistema Tributário Nacional estabelecido pela Constituição Federal, é INCORRETO afirmar que:

A) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir taxas em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição.
B) Cabe à lei ordinária regular as limitações constitucionais ao poder de tributar.
C) Cabe à lei complementar dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
D) O Sistema Tributário Nacional deve observar os princípios da simplicidade, da transparência, da justiça tributária, da cooperação e da defesa do meio ambiente.

QUESTÃO 41 – Segundo o CTN, tributo é toda prestação pecuniária compulsória, _____, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em _____ e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do trecho acima.

A) em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir – lei
B) exclusivamente em moeda – decreto
C) exclusivamente em moeda – lei
D) em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir – decreto

QUESTÃO 42 – A respeito do ICMS, tributo de competência estadual, é INCORRETO afirmar que:

A) É lícito ao comerciante de boa-fé aproveitar os créditos de ICMS decorrentes de nota fiscal posteriormente declarada inidônea, quando demonstrada a veracidade da compra e venda.
B) Na entrada de mercadoria importada do exterior, é legítima a cobrança do ICMS por ocasião do desembaraço aduaneiro.
C) Incide sobre o serviço de transporte interestadual de mercadorias destinadas ao exterior.
D) É infraconstitucional a controvérsia sobre a suficiência da disciplina da Lei Complementar nº 87/1996 para a exigibilidade de ICMS-DIFAL em operações interestaduais destinadas a consumidor final contribuinte do imposto, não havendo, assim, repercussão geral do tema.

QUESTÃO 43 – Segundo o CTN, suspendem a exigibilidade do crédito tributário, EXCETO:

A) As reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo.
B) O depósito do seu montante integral.
C) A penhora.
D) A concessão de medida liminar em mandado de segurança.

QUESTÃO 44 – Segundo o CTN, NÃO extingue o crédito tributário:

A) A compensação.
B) O pagamento.
C) A prescrição e a decadência.
D) A moratória.

QUESTÃO 45 – A empresa XYX possui um único débito tributário referente a IPVA inscrito em dívida ativa do Estado de São Paulo e que foi encaminhado para protesto extrajudicial. Ao ser comunicada do protesto, a empresa providenciou o seu parcelamento, cujas regras vêm sendo regularmente cumpridas. Considerando que o parcelamento suspende a exigibilidade do crédito tributário, para fazer a comprovação de sua regularidade fiscal, a empresa deverá requerer à Procuradoria Geral do Estado:

I. A expedição de certidão positiva com efeito de negativa (CPEN).
II. A expedição de certidão negativa de débitos (CND).
III. O ajuizamento da execução fiscal para que possa obter certidão judicial da causa suspensiva da exigibilidade do crédito tributário estadual.

Quais estão corretos?

A) Apenas I.
B) Apenas I e II.
C) Apenas II e III.
D) I, II e III.

DIREITO CIVIL

QUESTÃO 46 – Em processo judicial movido pelo Estado de São Paulo, duas empresas foram condenadas solidariamente a ressarcir prejuízos causados ao erário, decorrentes do inadimplemento de contrato firmado para realização de obra de infraestrutura. Considerando a legislação pátria, assinale a alternativa correta.

A) O Estado poderá cobrar de uma ou de ambas as empresas, parcial ou totalmente, a dívida comum apurada.
B) Se uma das empresas pagar espontaneamente parte da dívida, o Estado não poderá mais exigir dela o restante do débito e terá que prosseguir a execução contra a outra empresa devedora.
C) Em razão da solidariedade, tratando-se de dois devedores, cada empresa poderá ser cobrada até o limite de 50% do débito.
D) Nesse caso, a solidariedade obrigacional reconhecida na decisão judicial não favorece o ressarcimento ao erário.

QUESTÃO 47 – Um cidadão do interior do Estado de São Paulo adquiriu um terreno em área na qual fixou sua residência, mantendo posse mansa e pacífica, por lapso temporal superior a 5 anos. Após visitas de agentes públicos, descobriu que a área era de propriedade do Estado de São Paulo. Para regularizar a situação, ajuizou ação de usucapião em face do ente público, para que houvesse o reconhecimento do seu domínio e a transcrição no registro competente. Em face da Constituição Federal e do Código Civil, é correto afirmar que:

A) Se o terreno estiver em área urbana de até 250 m², sendo a posse superior a 5 anos, de forma ininterrupta e sem oposição, bem como tendo sido utilizado para sua moradia, será adquirido o domínio, ainda que o cidadão seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
B) A Constituição Federal veda a usucapião de imóveis públicos, salvo se o possuidor tiver dado adequada destinação social ao imóvel.
C) O arcabouço normativo veda expressamente a usucapião de imóveis públicos.
D) Os bens públicos dominicais podem ser alienados e estão sujeitos à usucapião, conforme previsto no Código Civil.

QUESTÃO 48 – A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) estabelece regras gerais sobre aplicação e interpretação de normas. São critérios hermenêuticos previstos na LINDB, EXCETO:

A) Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito.
B) Na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum.
C) Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.
D) Os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração.

QUESTÃO 49 – Em execuções movidas pela Fazenda Pública em face de empresas devedoras, é de grande utilidade o reconhecimento do abuso da personalidade jurídica. O Código Civil prevê expressamente o instituto da desconsideração da personalidade jurídica. Sobre o tema, é INCORRETO afirmar que:

A) O abuso da personalidade se dá pela simples insolvência da pessoa jurídica, independentemente da sua utilização com o propósito de lesar credores ou da prática de atos ilícitos de qualquer natureza.
B) O abuso de personalidade jurídica é caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial.
C) O abuso de personalidade jurídica pode ser reconhecido pelo juiz a requerimento da parte ou do Ministério Público, quando lhe couber intervir no processo.
D) A desconsideração da personalidade jurídica permite que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso.

QUESTÃO 50 – É questão bastante relevante na atuação diária do procurador do Estado que atua em ações de responsabilidade civil defender a correção do marco temporal para incidência dos juros de mora nas situações em que o ente público venha a sofrer condenação. De acordo com a jurisprudência do STJ, é correto afirmar que:

A) Nos casos de responsabilidade extracontratual, os juros moratórios devem incidir a partir da citação.
B) Nos casos de responsabilidade extracontratual, os juros moratórios devem incidir a partir da data do evento danoso.
C) Nos casos de responsabilidade contratual, os juros moratórios devem incidir desde o descumprimento da obrigação prevista no contrato.
D) Nos casos de responsabilidade contratual, os juros moratórios devem incidir a partir do trânsito em julgado da decisão condenatória.

REDAÇÃO

Instruções: Elabore um texto dissertativo-argumentativo, com extensão mínima de 15 linhas e máxima de 30 linhas, expondo suas ideias sobre o tema proposto. Não se esqueça de criar um título.

Importante:

1. Textos que não abordarem o tema proposto e que não tiverem o número mínimo de linhas delimitado NÃO serão avaliados.
2. Seja original, autônomo e criativo, não copiando nenhum fragmento dos textos de apoio, da internet ou de qualquer outro meio, físico ou digital.

Proposta de redação – Leia o texto a seguir:

A discussão sobre a regulamentação das redes sociais no Brasil está no centro do debate jurídico, político e social, especialmente à luz do artigo 19 do Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014). O tema envolve questões fundamentais sobre liberdade de expressão, responsabilidade das plataformas digitais e limites entre regulação e censura.

O referido artigo estabelece que provedores de aplicações de internet, como redes sociais, só podem ser responsabilizados civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros se, após ordem judicial específica, não tomarem providências para remover o conteúdo ofensivo. Ou seja, a regra geral é que não há obrigação de remoção de conteúdo sem decisão judicial, salvo em exceções legais (como pornografia infantil e violação de direitos autorais).

O objetivo do artigo é proteger a liberdade de expressão e impedir a censura, evitando que plataformas removam conteúdos por pressão extrajudicial ou por critérios subjetivos, o que poderia restringir o debate público e a circulação de ideias.

Alguns críticos têm sustentado que a atuação do STF, ao debruçar-se sobre a redefinição dos regimes de responsabilização das plataformas digitais, pode ultrapassar os limites institucionais próprios do Poder Judiciário, configurando-se, assim, em potencial vetor para a instauração de um ambiente censório. Tal risco se acentua especialmente diante da possibilidade de flexibilização do artigo 19 do Marco Civil da Internet, que permitiria a remoção de conteúdos sem a imprescindível ordem judicial.

Aqui, persiste o temor de que uma regulação exacerbada conduza à moderação automática e preventiva de manifestações legítimas, com as plataformas adotando políticas excessivamente restritivas como mecanismo de autoproteção contra eventuais sanções.

O verdadeiro desafio reside na construção de um modelo regulatório que salvaguarde os direitos fundamentais, assegure o devido processo legal e previna, simultaneamente, a censura estatal e a censura privada, fomentando, assim, um ambiente digital caracterizado pela democracia e pela pluralidade de vozes.

(Disponível em: https://www.migalhas.com.br/depeso/444422/regulamentar-redes-sociais-configura-ou-nao-censura – texto de Alfredo Chagas Chebel adaptado exclusivamente para esta prova.)

A partir da leitura do texto motivador, escreva um texto dissertativo-argumentativo sobre o tema a seguir:

Quando se consideram os riscos aos quais crianças e adolescentes estão expostos na internet, como sopesar proteção e liberdade de expressão no que tange à regulamentação do ambiente virtual?